

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DE 2019, NA SALA DE REUNIÕES DO MUNICÍPIO DE LAMEGO

PRESENCAS

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Ângelo Manuel Mendes Moura e os senhores Vereadores Ernesto da Silva Rodrigues, António Pinto Carreira, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, Ana Catarina Graça da Rocha e José Correia da Silva.

AUSÊNCIAS

Não se verificou qualquer ausência.

SECRETARIOU

A Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD. 02)

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às nove horas e trinta minutos, e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** felicitou o Partido Socialista pela vitória nas eleições para o Parlamento Europeu, tendo proferido o seguinte: *“Umas eleições que apesar de serem disputadas por dezassete partidos, crê que constitui record de concorrentes, mesmo assim não conseguiram que a abstenção diminuísse tendo atingido níveis elevadíssimos, 68,6%, o que, a seu ver, obriga a uma profunda reflexão dos partidos políticos sobre a forma de fazer campanha e sobre o sistema político que vigora. Julgo que a incapacidade dos partidos em transmitir a sua mensagem relativa à eleição para o Parlamento Europeu é um facto, muito por culpa dos políticos que em lugar de discutir propostas que digam respeito à Europa discutem problemas da vida política nacional.*

Disse ainda que os resultados de 2019, comparados com os de 2014 são muito idênticos.

O Partido Social Democrata manteve o número de mandatos, verificando-se que as duas grandes famílias políticas a que pertencem os maiores partidos portugueses PS e PSD, perderam cada uma cerca de trinta mandatos, ficando em minoria, tendo aumentado o número de eleitos dos partidos radicais à direita e dos partidos que defendem causas específicas, colocando em crise o projeto europeu e poderá, inclusivamente, estar em perigo uma Europa que seja justa, coesa e democrática.”

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** lembrou que apresentou uma proposta ao senhor Presidente para ser agendada, relativa à Associação de Freguesias do Sudeste, tendo o senhor Presidente pedido algum tempo, para efeitos de cabimentação da despesa. Disse que esse tempo já terá sido suficiente, questionando, por isso, quando pretende trazer a proposta à reunião do Executivo esse assunto.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** congratulou-se com o facto de ter sido aprovada a candidatura no âmbito da iniciativa Wifi4EU, uma vez que sempre foi um assunto pelo qual sempre se debateu.

Questionou qual será o passo seguinte e se já existe alguma data previsível para a sua implementação no município de Lamego.

Mas apesar disso, lembrou ao senhor Presidente que não deveria descurar, também, a possibilidade de instalação de fibra ótica nas freguesias, de forma a atenuar as assimetrias entre a sede do concelho e as restantes freguesias, pois é com medidas como estas que se combate a desertificação das mesmas

O senhor **Vereador José Correia da Silva** questionou o senhor Presidente da Câmara qual é, neste momento, o ponto de situação referente à providência cautelar interposta pela senhora Isilda Susana Silva Batista Coelho.

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** propôs um voto de congratulação às alunas Leonor Borges e Letícia Russo por terem ganho o 1.º Prémio, no ciclo de escolaridade a que pertencem, na modalidade de Texto Original no Concurso “Uma Aventura... Literária 2019”, atribuído pela Editorial Caminho.

Felicitou, ainda, os alunos e a Escola Latino Coelho pela qualidade do trabalho, que encantou o júri, e agradece a todos os professores que, com dedicação e empenho, contribuíram para este grande feito.

Informou que, conforme o regulamento prevê, o prémio consiste na publicação do trabalho num dos livros da coleção “Uma Aventura”, cujo título e edição serão divulgados, oportunamente. As alunas premiadas receberão como brinde um cheque-livro.

Todo o **Executivo Municipal** se associou a este voto de louvor.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** salientou o evento que decorreu, durante o fim-de-semana relativo ao “II Campeonato Nacional do Bombeirinho de Ferro 2019”, cuja

iniciativa foi dos Bombeiros Voluntários de Lamego e que juntou mais de 500 jovens e crianças no município de Lamego.

Disse que é bom ver os mais novos a visitar o município de Lamego, bem como a trabalhar em conjunto e em equipa, no sentido de servir os outros. Referiu que essa é uma missão muito importante dos bombeiros, bem como o serviço que prestam.

Salientou, por isso a envolvimento dos jovens bombeiros de Lamego em ações que servem para os despertar nessa vontade e consciência de ajudar o próximo.

Quanto à iniciativa Wifi4EU, trata-se de uma iniciativa europeia, em que é dado um financiamento, ou seja, é dado um valor que o Município de Lamego irá utilizar para compra de equipamentos para instalação de hotspots, em vários locais que forem possíveis, dando preferência às zonas de maior acesso de pessoas, no sentido de disponibilizar o serviço de internet a um maior número de pessoas possível.

Relativamente à fibra ótica nas freguesias, explicou que o serviço de telecomunicações é um serviço de exploração privado, sendo que, se o Município tivesse disponibilidade financeira, com certeza que investiria nesse tipo de infraestruturas, o que não é o caso.

No entanto, disse que tudo deve ser feito, no sentido de conseguir que o serviço de internet e de fibra ótica seja o mais alargado possível, mas irá sempre depender da vontade e da necessidade de cada um das operadoras em aumentar ou de gerir o seu negócio e da exigência de negócios nas freguesias.

O senhor **Presidente da Câmara** deu os parabéns aos eleitores que se deslocaram às Assembleias de Voto e, muito, em particular, aos que votaram pela primeira vez.

Disse que o escasso número de votantes é preocupante e deve merecer a melhor reflexão, por parte dos partidos, no sentido de encontrar formas de incentivar o cidadão a participar.

Congratulou-se com o facto de o espectro político partidário resultante na Europa ter afastado cenários mais negativos que se colocavam previamente e que dizem respeito aos avanços das forças de extrema-direita, nomeadamente aquelas que põem em causa valores da solidariedade, igualdade e da própria democracia.

Congratulou-se, ainda, com a forma como todo o processo eleitoral decorreu, dando os parabéns a toda a equipa que esteve a laborar no Município de Lamego, liderada pelo Chefe de Divisão Administrativa e de Coordenação, Dr. Luís Carlos Pereira da Silva e, muito em particular, ao funcionário Joaquim dos Santos Mateus, que tudo fez para que o ato eleitoral decorresse da forma ordeira. Salientou também a participação dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, no exercício das suas funções, neste processo eleitoral.

Por fim, congratulou-se com o evento “Montra da Cereja da Penajóia”, que decorreu no fim-de-semana, na cidade de Lamego.

Quanto ao ponto de situação, relativo à ação interposta pela senhora Isilda Susana Silva Batista Coelho, disse que os mandatários, na sequência da decisão proferida pelo Tribunal, solicitaram esclarecimentos quanto às consequências e o impacto desta decisão, nomeadamente no que diz respeito à pretensão da senhora Isilda Susana Silva Batista Coelho que, lembrou, à data do despacho homologatório e da decisão do júri do concurso, não estava em funções no Município de Lamego.

Esclareceu o senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues que não solicitou tempo para cabimentar, solicitou, isso sim, tempo para se encontrar um entendimento com a Associação de Freguesias, pelo que o assunto virá na próxima reunião de Câmara.

ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO – CÓD. DAC | 02

• Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais – CÓD. DAC 02| GAOM 01

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2019 (**COD. 03**)

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no dia 20 de maio de 2019, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador José Correia da Silva, por não ter participado na referida reunião.

• Gabinete Jurídico, contencioso e Execuções Fiscais

02-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (**COD 17**)

ARGUIDO: PAULO ANTÓNIO PICÃO MOTA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 394/17/2019 do senhor Presidente da Câmara, a qual refere que a Guarda Nacional Republicana - Destacamento Territorial de Lamego, remeteu a esta Câmara Municipal, o auto de notícia por contraordenação nº NPCO - 104/2019. 220180300, datado de 21/03/2019, no qual relata que no dia 09/01/2019, na sequência de um patrulhamento, verificaram a existência de três canídeos, na Rua Fonte Sampaio, lote 44A- Penajóia – Lamego.

Após verificação, os elementos da patrulha da GNR, detetaram que os canídeos, não possuíam identificação eletrónica (CHIP) não possuíam vacina antirrábica e não estavam registados na Junta de freguesia.

Tais factos são passíveis de constituir infração ao disposto nos artigos 3º, nº 1 e 12º, alínea a) do Decreto-Lei nº 313/2003, de 17 de Dezembro, na redação dada pela Lei nº 49/2007, de 31.08, constituindo contraordenação punível pelo nº 1 do artigo 19º do mesmo diploma legal, eventualmente praticada por Paulo António Picão Mota, na qualidade de proprietário dos canídeos.

Dispõe o nº 1 do artigo 21º do citado diploma legal que a instrução dos processos de contraordenação previstos no nº 1 do artigo 19º compete à Câmara Municipal.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação contra Paulo António Picão Mota.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

03-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO N.º 18/2019 (COD 01)

ARGUIDO: BENJAMIM TEIXEIRA PEREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 395/17/2019, do senhor Presidente da Câmara Municipal, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela faz parte integrante, propondo à Câmara Municipal, ao abrigo do nº 2 do artigo 54º e artigo 58º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de outubro, o arquivamento do processo de contraordenação nº 18/2019, instaurado a Benjamim Teixeira Pereira, face ao supra exposto, e por não haver indícios de prática de ilícito contraordenacional, notificando-se o arguido, Benjamim Teixeira Pereira, dessa decisão.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E CULTURA – CÓD. DEASC | 04

04-ASSUNTO: PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DO CENTRO MULTIUSOS DE LAMEGO (COD 20)

REQUERENTE: CENTRO DE TROPAS E OPERAÇÕES ESPECIAIS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 396/20/2019 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura e Desporto, do seguinte teor:

“O Centro de Tropas de Operações Especiais de Lamego pretende organizar nos dias 4, 5 e 6 de junho as Jornadas de Infantaria 2019. Para o efeito solicitou a cedência do auditório, hall de entrada e varandim do Centro Multiusos de Lamego que, de acordo com a tabela do regulamento em vigor tem um custo de 800 euros.

Considerando que se trata de um evento nacional, promovido por uma entidade com grande prestígio do Concelho.

Considerando que a realização deste evento dá visibilidade nacional ao Centro de Tropas e Operações Especiais de Lamego e ao espaço onde vão ser realizadas as jornadas, bem como o facto de participarem diversas Unidades de Infantaria do Exército Português, sendo por isso uma mais-valia para o Concelho e economia local.

Considerando que de acordo com o anexo 1 do Regulamento Municipal de Utilização do Centro Multiusos de Lamego, o Município de Lamego poderá efetuar uma Utilização Contratada com preço a definir mediante o acordo estabelecido entre as entidades intervenientes.

Considerando que o requerente supra identificado, solicitou a isenção do pagamento de taxas e com base nos parágrafos anteriores e ao abrigo do n.º 1, alínea c) do artigo 3º, propomos a cedência contratada nos termos da minuta que se anexa, através da aplicação do valor de 10% do orçamento (80 euros).”

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

05-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR COM A AMIJOIA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 397/20/2019 do senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:

“Considerando a importância da produção de cereja no Município com particular expressividade na freguesia da Penajóia, sendo inquestionável a sua importância na sustentabilidade da economia rural, na manutenção da biodiversidade e preservação da paisagem;

Considerando que a agricultura, em particular na sua vertente económica é um dos elementos estruturantes da estratégia de desenvolvimento Municipal, onde se enquadra a proposta da AMIJOIA para realização do Evento “Montra da Cereja” para o ano de 2019;
Considerando que são atribuições do Município nos termos da alínea m), do nº 2 do Artigo 23º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro a promoção do desenvolvimento das populações, sendo competência da Câmara Municipal apoiar a realização de eventos de interesse municipal, como vem referido na alínea o), do nº1, do Art.º 33º da citada Lei 75/2013, do qual a montra da Cereja é exemplo vivo, proponho que seja ratificado o meu despacho em que é aprovada a minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Lamego e a AMIJOIA, no valor de 4.500,00€ com o cabimento n 2019/884.”

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Votei favoravelmente esta proposta de ratificação, no entanto, entendo que os protocolos devem vir atempadamente à reunião para serem apreciados e deliberados e não da forma como, insistentemente e recorrentemente, têm sido apresentados na reunião de Câmara, para ratificação.”*

DIVISÃO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS – CÓD. DASU | 05

06-ASSUNTO: INTEGRAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA NO TARIFÁRIO ESPECIAL FAMILIAR (COD 01)

REQUERENTE: ANTÓNIO PEDRO CANELAS MIGUEL

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 398/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 3360/DASU, de 16/05/2019, propondo à Câmara Municipal que delibere a aplicação do tarifário especial familiar aos consumos de água de António Pedro Canelas Miguel, cliente n.º 28348, titular do respetivo contrato da prestação de serviços de fornecimento de água, de drenagem de águas residuais e da gestão de resíduos sólidos urbanos, da instalação predial sita na Av. Dr. Fernando Amaral, Edifício Ribeirinho, Ent. A 2.º, nesta cidade.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

07-ASSUNTO: CORREÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD 01)

CONSUMIDOR: MARIA DA CONCEIÇÃO CUNHA LEITE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 399/01/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, na qual com fundamento na informação n.º 3407/DASU, de 17 de maio de 2019, propõe à Câmara que seja autorizada a retificação da fatura n.º 23581, de fevereiro/19, pela tarifa de perdas de água prevista no n.º 6 do artigo 40º do Regulamento de Águas do Município de Lamego.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

08-ASSUNTO: CORREÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD 01)

CONSUMIDOR: MOINHO PERFEITO, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 400/01/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, na qual com fundamento na informação n.º 2862/DASU, de 30 de abril de 2019, propõe à Câmara que seja autorizada a retificação da fatura n.º 8709, de janeiro/19, pela tarifa de perdas de água prevista no n.º 6 do artigo 40º do Regulamento de Águas do Município de Lamego.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

09-ASSUNTO: CORREÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD 01)

CONSUMIDOR: ALEXANDRE NOGUEIRA REBELO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 401/01/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, na qual com fundamento na informação n.º 3310/DASU, de 15 de maio de 2019, propõe à Câmara que seja autorizada a retificação da fatura n.º 136957, de novembro/18, e fatura n.º 150443, de dezembro/18 pela tarifa de perdas de água prevista no n.º 6 do artigo 40º do Regulamento de Águas do Município de Lamego.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

10-ASSUNTO: ANULAÇÃO DE PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL RELATIVOS À FATURAÇÃO DE ÁGUA (COD 01)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 402/01/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, na qual com fundamento na informação n.º 3521/DASU, de 22 de maio de 2019, propõe à Câmara que seja autorizada a anulação dos processos de execução fiscal relativos ao mês de faturação de janeiro/19 e dos clientes a seguir identificados:

- Sérgio António Magalhães Pereira, cliente n.º 19848 (fatura n.º 13092, de janeiro/19);
- Emotion Details Artes e Espetáculo, Lda., cliente n.º 28580 (fatura n.º 7844, de janeiro/19).

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

11-ASSUNTO: PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DE MONTANTE PAGO RELATIVO À FATURAÇÃO DE ÁGUA (COD 01)

UTILIZADORA: OLGA SANTOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 403/01/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, na qual com fundamento na informação n.º 3480/DASU, de 21 de maio de 2019, propõe à Câmara que delibere autorizar a devolução do montante de 19,00€, proveniente das tarifas variáveis estimadas faturadas a Olga dos Santos, enquanto utilizadora da instalação predial n.9910, sita no R/C do n.39, da Rua da Pereira, freguesia de Lamego.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

12-ASSUNTO: LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES DO DIA DA FREGUESIA DE BRITIANDE (COD 51)

REQUERENTE: FREGUESIA DE BRITIANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 404/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização das comemorações do Dia da Freguesia de Britiande, que decorrerão nos dias 22 e 23, de junho de 2019, na freguesia de Britiande.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

13-ASSUNTO: CORTE DE TRÂNSITO PARA A REALIZAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES DO DIA DA FREGUESIA DE BRITIANDE (COD. 62)

REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DE BRITIANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 405/62/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 3414/DASU, de 17/05/2018, propondo à Câmara Municipal, no uso da competência que lhe confere artigo 8º do Decreto-Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, que autorize o corte do trânsito e estacionamento, na rua Direita, freguesia de Britiande, para a realização das Comemorações do Dia da Freguesia, nos dias 22 e 23 de junho de 2019.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

14-ASSUNTO: PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE PENUDE (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 406/62/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 3458/DASU, de 21/05/2019, propondo à Câmara Municipal, que ao abrigo dos nºs 1 e 2 do artigo 6º do Dec. Lei 44/2005, de 23 de fevereiro, que aprove a colocação da seguinte sinalização de trânsito, na Freguesia de Penude:

- Um sinal de estacionamento proibido (C15), na Rua de S. Pedro, perto do Fontanário da Rua da Fontainha.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

• GABINETE DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO – **CÓD. AO 01 | GAET 04**

15-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA (COD. 51)

REQUERENTE: PASTELARIA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 407/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que delibere o deferimento do pedido do requerente em que solicitou a ocupação de espaço público com esplanada aberta na Av. Alfredo de Sousa, freguesia de Lamego, de 1 de junho de 2019 a 30 de setembro de 2019. O valor das taxas a pagar pela requerente é de 1.568,00€.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, mediante o pagamento das respetivas taxas.

16-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD. 51)

REQUERENTE: PASTELARIA SOLAR DO ESPÍRITO SANTO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 408/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que ratifique o seu despacho, datado de 20 de maio de 2019, através do qual autorizou a ocupação de espaço público com esplanada aberta na Av. Alfredo de Sousa, freguesia de Lamego, de 20 de maio de 2019 a 20 de setembro de 2019. O valor das taxas a pagar pela requerente é de 1.568,00€.

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

17-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA (COD. 51)

REQUERENTE: VITOR MANUEL GONÇALVES TEIXEIRA - CAFÉ CORTELHEIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 409/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que delibere o deferimento do pedido do requerente em que solicitou a ocupação de espaço público com esplanada aberta na Rua das Cortes, freguesia de Lamego, de 1 de junho de 2019 a 30 de setembro de 2019. O valor das taxas a pagar pela requerente é de 196,00€.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, mediante o pagamento das respetivas taxas.

18-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA (COD. 51)

REQUERENTE: AMANDIO AUGUSTO LOPES DIAS – RESTAURANTE NOVO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 410/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que delibere o deferimento do pedido do requerente em que solicitou a ocupação de espaço público com esplanada aberta, no

Largo da Sé, freguesia de Lamego, de 1 de junho de 2019 a 30 de setembro de 2019. O valor das taxas a pagar pela requerente é de 588,00€.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, mediante o pagamento das respetivas taxas.

19-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA (COD. 51)

REQUERENTE: PADOCE DA SEARA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 411/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que delibere o deferimento do pedido do requerente em que solicitou a ocupação de espaço público com esplanada aberta, na Rua Torta, freguesia de Lamego, de 1 de junho de 2019 a 30 de setembro de 2019. O valor das taxas a pagar pela requerente é de 117,60€.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, mediante o pagamento das respetivas taxas.

20-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA (COD. 51)

REQUERENTE: MARIA OLINDA AMORIM ALMEIDA FONSECA – RESTAURANTE O PIPO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 412/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que delibere o deferimento do pedido do requerente em que solicitou a ocupação de espaço público com esplanada aberta, na Rua da Seara, freguesia de Lamego, de 1 de junho de 2019 a 30 de setembro de 2019. O valor das taxas a pagar pela requerente é de 78,40€.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, mediante o pagamento das respetivas taxas.

21-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA (COD. 51)

REQUERENTE: EMÍLIA MARIA TEIXEIRA LOPES BRANQUINHO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 430/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que delibere o deferimento do pedido do requerente em que solicitou a ocupação de espaço público com esplanada aberta, na Rua da Cruz, freguesia de Lamego, de 1 de junho de 2019 a 30 de setembro de 2019. O valor das taxas a pagar pela requerente é de 58,80€.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, mediante o pagamento das respetivas taxas.

22-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA (COD. 51)

REQUERENTE: CC WINEHOUSE, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 431/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que delibere o deferimento do pedido do requerente em que solicitou a ocupação de espaço público com esplanada aberta, na Rua Trás da Sé, freguesia de Lamego, de 1 de junho de 2019 a 30 de setembro de 2019. O valor das taxas a pagar pela requerente é de 117,60€.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, mediante o pagamento das respetivas taxas.

23-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA (COD. 51)

REQUERENTE: ANDREIA SOFIA RODRIGUES FAUSTINO – CHURRASQUEIRA BASTOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 432/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que delibere o deferimento do pedido do requerente em que solicitou a ocupação de espaço público com esplanada aberta, na Rua Torta, freguesia de Lamego, de maio a julho de 2019. O valor das taxas a pagar pela requerente é de 58,80€.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, mediante o pagamento das respetivas taxas.

24-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA (COD. 51)

REQUERENTE: SARA CLAUDIA MESQUITA SEQUEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 433/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que delibere o deferimento do pedido do requerente em que solicitou a ocupação de espaço público com esplanada aberta, na Rua de Fafel, freguesia de Lamego, de junho a setembro de 2019. O valor das taxas a pagar pela requerente é de 196,00€.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, mediante o pagamento das respetivas taxas.

DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO - CÓD. DOU |05

Obras Particulares e Loteamentos – CÓD. DOU 06 | OPL 01

25-ASSUNTO: ALTERAÇÃO AO LAR, CENTRO DE DIA, CRECHE E S.A.D. – PROC. 349/18 (**COD. 42**)

REQUERENTE: FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE PENUDE

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO PASSAL – PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 413/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1115/DOU, de 16/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 21/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

26-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 125/19 (**COD. 42**)

REQUERENTE: JOÃO FILIPE SILVA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE SUCRES – PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 414/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 861/DOU, de 09/04/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 16/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

27-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 2/19 (**COD. 42**)

REQUERENTE: BRUNO JOAQUIM CONDE PINTO

LOCAL DA OBRA: LUGAR DAS ORDENS – PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 415/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1100/DOU, de 15/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 21/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a

aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

28-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 549/17 (COD. 42)

REQUERENTE: ADÉLIA SILVA ALMEIDA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DA EIRA DO OUTEIRO – LAZARIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 416/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1143/DOU, de 20/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 21/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura (alterações), referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

29-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 176/19 (COD. 42)

REQUERENTE: LUCÍLIA DOS PRAZERES PAIVA MONTEIRO

LOCAL DA OBRA: MAZES – LAZARIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 417/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1048/DOU, de 09/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 21/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

30-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 177/19 (COD. 42)

REQUERENTE: JOSÉ MONTEIRO

LOCAL DA OBRA: MAZES – LAZARIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 418/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1062/DOU, de 10/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 21/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos

termos do n.º 3 artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

31-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 238/18 (COD. 42)

REQUERENTE: MARIA BRANCA RAMALHO PEREIRA BLIEK

LOCAL DA OBRA: BIGORNE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 419/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1136/DOU, de 17/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 21/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de reconstrução de uma habitação, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

Ausente o senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, por impedimento legal.

32-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 591/18 (COD. 42)

REQUERENTE: ANTÓNIO MANUEL CARDOSO OSÓRIO

LOCAL DA OBRA: QUINTA DE CALVILHE DE CIMA - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 420/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1133/DOU, de 17/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 21/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de construção de uma habitação, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

33-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 57/16 (COD. 42)

REQUERENTE: JOSÉ RICARDO GREGÓRIO MONTEIRO

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE RIO D'ASNOS - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 421/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1042/DOU, de 08/05/2019, e do

parecer do Chefe da DOU, de 16/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 5 artigo 58.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o deferimento do pedido de prorrogação do prazo da licença de construção n.º 4/17, por doze meses.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente para, no prazo de sessenta dias, apresentar o projeto de alterações efetuadas.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

34-ASSUNTO: AMPLIAÇÃO DE LAR DE IDOSOS – PROC. 475/14 (COD. 42)

REQUERENTE: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LAMEGO

LOCAL DA OBRA: QUINTA DA SENHORA DO PILAR – VILA NOVA DE SOUTO DEL REI

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 422/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1121/DOU, de 17/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 21/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 5 artigo 58.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o deferimento do pedido de prorrogação do prazo da licença de construção n.º 68/17, por seis meses.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

Ausente o senhor Vereador António Pinto Carreira, por impedimento legal.

35-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 520/16 (COD. 42)

REQUERENTE: MANUEL RODRIGUES TEIXEIRA

LOCAL DA OBRA: QUINTAL, FOZ DE CIMA – FERREIROS DE AVÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 423/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1014/DOU, de 06/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 21/05/2019, referindo que o requerente foi notificado, nos termos do n.º 5 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, do projeto de decisão de declaração de caducidade do ato de licenciamento, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, dado que não solicitou a emissão do alvará de licença de obras, no prazo de um ano após a sua notificação, no entanto, não se pronunciou no prazo concedido.

Face ao exposto, propõe que a Câmara delibere declarar, a título de decisão final, a caducidade do ato de licenciamento com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento ao requerente e aos serviços de fiscalização.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

36-ASSUNTO: CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROC. 221/19 (**COD 42**)**REQUERENTE:** FERNANDO MANUEL CARDOSO SOUSA**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DE SOBRE A IGREJA - PENAJÓIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 424/42/2019 do senhor Presidente da Câmara propondo, de acordo com a informação n.º 1106, de 16/02/2019 e com o parecer do chefe da DOU, de 21/05/2019 que a Câmara Municipal delibere a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e condicionalismos expressos.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

37-ASSUNTO: CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROC. 220/19 (**COD 42**)**REQUERENTE:** FERNANDO MANUEL CARDOSO SOUSA**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA TAPADA - PENAJÓIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 425/42/2019 do senhor Presidente da Câmara propondo, de acordo com a informação n.º 1105, de 16/05/2019 e com o parecer do chefe da DOU, de 21/05/2019 que a Câmara Municipal delibere a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e condicionalismos expressos.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

38-ASSUNTO: CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROC. 216/19 (**COD 42**)**REQUERENTE:** FERNANDO MANUEL CARDOSO SOUSA**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA BOAVISTA - BRITIANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 426/42/2019 do senhor Presidente da Câmara propondo, de acordo com a informação n.º 1045, de 09/05/2019 e com o parecer do chefe da DOU, de 21/05/2019 que a Câmara Municipal delibere a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e condicionalismos expressos.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

39-ASSUNTO: PEDIDO DE INFORMAÇÃO – PROC. 591/18 (**COD. 42**)**REQUERENTE:** DELFIM DUARTE SANTIAGO, LDA.**LOCAL DA OBRA:** RUA DO SOUTO, LOTE 7, URB. MARTIR DE S. SEBASTIÃO - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 427/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1135/DOU, de 17/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 21/05/2019, propondo que a Câmara Municipal delibere

que seja aprovado o P.I.P., sendo que o facto de ser exercida a área de impermeabilização (único parâmetro excedido), pode ser ultrapassado pela perspetiva de resolução de um problema que perdura há mais de uma década, tal como é descrito não n.º 7 da informação anexa.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

Obras Municipais – CÓD. DOU 06 | OM 02

40-ASSUNTO: PROJETO DE EXECUÇÃO E PEÇAS DO PROCEDIMENTO REFERENTE À OBRA: “CIRCUITO PEDONAL-RELÓGIO DO SOL/ACESSO AO CENTRO URBANO” (COD 41)

Presente, novamente, à reunião a proposta de deliberação n.º 389/41/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara propondo à Câmara que, face à informação nº 3183/2019, de 13 de maio, emanada da DOU, aprove o projeto de execução da empreitada em apreço e que autorize a abertura do procedimento concursal nos termos da alínea b) do artigo 19º do CCP, na sua atual redação, cujo valor base são 476.300,00€ (quatrocentos e setenta e seis mil e trezentos euros) acrescido do IVA, à taxa legal em vigor.

Mais propõe que sejam aprovadas as peças concursais, nomeadamente o caderno de encargos, o programa de concurso e o plano de prevenção e gestão de resíduos e o que neles está contido, tais como a constituição do júri e o gestor do contrato.

Deliberação: A proposta foi aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

41-ASSUNTO: EXECUÇÃO DE GARANTIAS BANCÁRIAS PRESTADAS NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO/CONSTRUÇÃO COM ESTUDO PRÉVIO DO PAVILHÃO MULTIUSOS DE LAMEGO (COD 41)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 428/41/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, do seguinte teor:

“Considerando que:

1. O Sr. Vereador António Pinto Carreira apresentou uma proposta de deliberação que foi discutida na reunião de executivo de 4-2-2019, cuja ata foi aprovada em 11-2-2019, como segue:

“(…) O senhor Vice-Presidente da Câmara informou que as empresas que constituem o consórcio construtor foram notificadas para proceder à execução dos trabalhos/defeitos da obra, elencados no auto de vistoria efetuado ao Pavilhão Multiusos de Lamego, cujo prazo ainda está a decorrer.

Deliberação: *Atendendo à informação prestada, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, transitar a discussão deste assunto para a próxima reunião de Câmara.”*

2. Na reunião seguinte, ocorrida em 11-2-2019, e cuja ata foi aprovada em 18-2-2019, tal proposta colheu a deliberação seguinte:

“(…) **Deliberação:** A proposta foi reprovada, por maioria, com três votos contra, do Presidente da Câmara e dos Vereadores do PS, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva e Ana Catarina Graça da Rocha e com três votos a favor, do Vereador do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego” António Pinto Carreira e José Correia da Silva, tendo o senhor Presidente da Câmara utilizado o voto de qualidade, nos termos do n.º 2 do artigo 54º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado o empate verificado.

O senhor **Presidente da Câmara** proferiu a seguinte declaração de voto: “Não obstante a pertinência da proposta de deliberação apresentada, considerando que correm diligências, nomeadamente a notificação das empresas que integram o consórcio construtor, dando conhecimento do relatório de vistoria em 30 de outubro de 2018, para a execução de trabalhos de reparação de deficiências e de execução dos trabalhos em falta, deverá aguardar-se por uma resposta das empresas do consórcio construtor.”

3. Existem à data garantias bancárias “first demand” cujo beneficiário é a Lamego Renova, Construção e Gestão de Equipamentos, S.A., no valor global de € 1.374185,77, conforme lista infra:

Instituição Bancária	Referência	Prestador	Data	Valor
BPI	GAR/09303218	FPM & Irmãos, S.A.	29.05.2009	50 000,00€
BPI	GAR/09305437	FPM & Irmãos, S.A.	15.09.2009	50 000,00€
BPI	GAR/10300415	FPM & Irmãos, S.A.	26.01.2010	50 000,00€
BES	N00349746	Irmãos Cavaco	08.04.2009	50 000,00€
BES	N00352507	Irmãos Cavaco	04.08.2009	50 000,00€
BES	N00355304	Irmãos Cavaco	14.12.2009	50 000,00€
BES	N00358335	Irmãos Cavaco	23.04.2010	50 000,00€
BES	N00360253	Gabriel Couto	19.07.2010	50 000,00€
BES	N00355934	Gabriel Couto	11.01.2010	50 000,00€
BES	N00348013	Consórcio	30.01.2009	740 032,15€
BANIF	NR074/10/00381	Irmãos Cavaco	09.07.2010	50 000,00€
BANIF	NR074/10/00528	Irmãos Cavaco	11.08.2010	84 153,62€
BPN	490/2009-P	Gabriel Couto	28.04.2009	50 000,00€

4. As firmas constituintes do consórcio construtor da empreitada em epígrafe, a saber a Irmãos Cavaco, SA, a Francisco Pereira Marinho & Irmãos, SA e a Construções Gabriel A.S Couto, SA foram notificadas, por cartas que se anexam (Anexo 1) datadas de

17.10.2018, para que comparecessem em vistoria a realizar no dia 30 de outubro de 2018 na perspectiva de serem identificados todos os trabalhos desconformes, ou em falta, relativamente ao estipulado no respetivo contrato de empreitada.

5. Todas as firmas responderam declinando a sua presença na vistoria aprazada, nos termos das cartas remetidas, que se anexam (Anexo 2).

6. A vistoria foi realizada pelos técnicos da Divisão de Obras e Urbanismo do Município de Lamego, tendo dela sido lavrado auto (Anexo 3) que foi homologado pelo Vereador do Pelouro das Obras e Urbanismo e que mandou notificar os construtores para que procedessem, no prazo de 90 dias, à execução dos trabalhos defeituosos ou em falta nele referidos;

7. O que foi executado de imediato, tendo sido expedidas as notificações em anexo (Anexo 4), datadas de 25.01.2019;

8. As quais mereceram as respostas, mais uma vez de recusa de execução de qualquer trabalho no âmbito da “Empreitada de conceção/construção com estudo prévio do Pavilhão Multiusos de Lamego”, que constituem o Anexo 5.

9. Os pressupostos e factualidade constantes da proposta de deliberação supra aludida no ponto 1.;

10. As anomalias da obra descritas no Auto de Vistoria supra identificado no ponto 6.;

11. Estão cumpridos todos os procedimentos de interpelação das empresas que constituíram o consórcio construtor.

Propõe-se:

Que o executivo delibere a execução das garantias prestadas pelas empresas que constituíram o consórcio construtor no âmbito do contrato de “Empreitada de conceção/construção com estudo prévio do Pavilhão Multiusos de Lamego”, no valor global de € 1.374185,77, conforme lista infra:

Instituição Bancária	Referência	Prestador	Data	Valor
BPI	GAR/09303218	FPM & Irmãos, S.A.	29.05.2009	50 000,00€
BPI	GAR/09305437	FPM & Irmãos, S.A.	15.09.2009	50 000,00€
BPI	GAR/10300415	FPM & Irmãos, S.A.	26.01.2010	50 000,00€
BES	N00349746	Irmãos Cavaco	08.04.2009	50 000,00€
BES	N00352507	Irmãos Cavaco	04.08.2009	50 000,00€
BES	N00355304	Irmãos Cavaco	14.12.2009	50 000,00€
BES	N00358335	Irmãos Cavaco	23.04.2010	50 000,00€
BES	N00360253	Gabriel Couto	19.07.2010	50 000,00€
BES	N00355934	Gabriel Couto	11.01.2010	50 000,00€
BES	N00348013	Consórcio	30.01.2009	740 032,15€
BANIF	NR074/10/00381	Irmãos Cavaco	09.07.2010	50 000,00€
BANIF	NR074/10/00528	Irmãos Cavaco	11.08.2010	84 153,62€
BPN	490/2009-P	Gabriel Couto	28.04.2009	50 000,00€

”

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o que se passou, entre a discussão da proposta apresentada pelo Vereador António Pinto Carreira e a data de hoje, ou seja, que facto novo é que ocorreu para que o senhor Presidente da Câmara mudasse de opinião.

Solicitou, ainda, cópia do ofício enviado por esta Câmara ao consórcio e às entidades bancárias, na sequência do pedido de receção definitiva.

Questionou, ainda, qual o custo das obras que são necessárias intervir para corrigir defeitos, ou que estão alegadamente por executar, bem como qual o tipo de obras, a sua natureza e a sua extensão.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** referiu que a sua posição, sobre esta matéria é sobejamente conhecida, pelo que votará favoravelmente esta proposta de deliberação, porque concorda com a conclusão da mesma, no entanto, discorda dos seus fundamentos, os quais esclarecerá na sua declaração de voto.

O senhor **Vereador Fernando Silvério de Sousa** afirmou que irá votar favoravelmente esta proposta de deliberação, no sentido de serem acionadas as garantias bancárias, assunto já debatido noutras reuniões de Câmara, a vinda desta proposta nesta altura será porque já tenha decorrido o prazo para os consórcios responderem às notificações

que lhe foram enviadas, tal como referido pelo senhor Presidente de Câmara, aquando da discussão deste assunto, à data.

O senhor **Presidente da Câmara** afirmou que não mudou de opinião, ao contrário do que afirma o senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues. Disse que, para tal, basta consultar as atas das reuniões de Câmara onde foi discutido este assunto, em que afirmava que concordava com a proposta apresentada pelo senhor Vereador António Pinto Carreira, bem como com os seus pressupostos e factuais na inscricao.

Disse na altura, que apenas estava a decorrer o prazo, de resposta às notificações, datadas de 25/1/2019, às empresas que constituíram o consórcio/construtor. Pelo que decorrido esse prazo, que era o único requisito que pretendia ver cumprido, entende ser o momento exato para apresentação desta proposta de deliberação, tal como é mencionado no ponto 11 da mesma.

Disse que, caso não estejam todos os documentos apensos a esta proposta, os mesmos serão enviados a todos os senhores Vereadores.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** retorquiu que o senhor Presidente da Câmara não respondeu à maioria das suas questões, bem como não vê nenhum facto novo, entre o período de tempo decorrido da apresentação da proposta do senhor Vereador António Pinto Carreira, até hoje.

Reiterou que gostaria de ter acesso, neste momento, à correspondência trocada entre a Câmara e o consórcio e as entidades bancárias e que o senhor Presidente se pronunciasse sobre as suas questões.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que os custos dos trabalhos irão ser devidamente calculados, uma vez que terá de ser elaborado um novo projeto e respetivo orçamento, para contabilização do valor necessário para repor as condições contratuais.

Esclareceu que o edifício foi vistoriado, notificados os empreiteiros, os quais responderam, cada um per si, em três cartas, uma proveniente do Gabriel Couto, SA, outra do Irmãos Cavaco, SA, e outra de Francisco Pereira Marinho e Irmãos, SA.

Disse que estes são os factos novos, que fizeram interromper o período dos 90 dias, prazo dado para a execução dos trabalhos, pelo que é nesta perspetiva que o processo avançou, com a pronúncia clara das três empresas que constituem o consórcio, relativamente ao foi a exigência do Município para a execução de trabalhos defeituosos e em falta.

O senhor **Presidente da Câmara** reiterou que não há mudança de opinião e os factos ocorridos entre a reunião de Câmara de 11 /2/2019 e esta data foram os enumerados e narrados pelo senhor Vice-Presidente da Câmara.

Quanto à correspondência solicitada pelo senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, afirmou que a mesma é do domínio público e está publicitada no site da Câmara Municipal.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** reiterou que não verifica no processo qualquer facto novo até à data de hoje.

O senhor **Presidente da Câmara** complementou a proposta de deliberação aditando o seguinte teor: *“Devendo ser, de imediato, notificadas as instituições bancárias para que procedam ao respetivo depósito.”*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta, tendo em conta o aditamento à mesma, complementado pelo senhor Presidente da Câmara.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Não vislumbro na mudança de posição do senhor Presidente da Câmara qualquer facto novo, por isso é que solicitei que justificasse a sua posição, o que não fez.*

O consórcio sempre disse que não havia garantias bancárias e que a obra foi recebida definitivamente. Parece-me que o atual Presidente da Câmara não se opôs a que esse processo fosse concluído em devida altura, pois é feita essa referência nos documentos que nos foram disponibilizados.

Sabendo que as garantias eventualmente disponíveis correspondem: uma a 5% do valor do contrato, que cobrirá falhas na execução do contrato, e de outra de 5%, que cobrirá defeitos de execução, mas não existe na proposta qual é o volume e o valor das obras que fazem parte do incumprimento do contrato e que são cobertas pela garantia de 5%, tal como também não existe nesta proposta quais as obras que têm defeito e quanto custam corrigir estes defeitos.

No princípio da boa-fé esta proposta deveria ter estes elementos para que pudéssemos decidir de forma clara, objetiva e responsável.

Ainda que votando favoravelmente apenas e só na defesa do interesse público, declaro que declinarei qualquer responsabilidade pessoal que venha a ser assumida pela falta de clareza desta proposta e de documentos que não tive acesso.”

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Concordo com o teor da deliberação contida na proposta quanto à execução das garantias bancárias referentes à construção do Pavilhão Multiusos, mas discordo em absoluto quanto aos fundamentos da mesma proposta.*

E vou explicar as razões desta minha decisão.

Sempre entendi que esta matéria estava fora da discussão política e deveria centrar-se na defesa do que seria mais adequado na defesa dos interesses do Município, tendo presente todas as circunstâncias. Deste modo, dou aqui por reproduzidas todas as

minhas intervenções no que a este assunto disseram respeito e que constam das atas das reuniões do executivo municipal. Por isso, coerentemente, porque sempre entendi e entendo que isso há muito deveria ter sido feito, votarei favoravelmente a decisão de acionar as garantias referidas na proposta ora em discussão.

No mais, a presente proposta peca por tardia, dando a ideia que os assuntos e, principalmente este, não teve o tratamento que deveria ter tido.

Com efeito, por despacho do Sr. Presidente de 2 de novembro de 2017, ou seja uma semana após a tomada de posse deste executivo, foi nomeada a CITEM (Comissão de Inspeção Técnica de Equipamentos Municipais), a quem competiria, na sequência da realização de inspeções ou vistorias, pronunciar-se sobre 6 questões que aí foram enunciadas.

Tal relatório chegou ao conhecimento do executivo municipal em 5 de Março de 2018, tendo o mesmo sido objeto de análise e discussão, o que está espelhado nas atas das reuniões.

Face a tal relatório o primeiro momento em que este executivo decidiu dar um primeiro e envergonhado passo foi no dia 17 de Outubro de 2018 ao notificar os membros do consórcio construtor para comparecer numa vistoria a realizar a 30 de mesmo mês. Ou seja, foi o Sr. Presidente lesto na criação da CITEM, ordenando a inspeção, mas não teve a mesma conduta quando soube o resultado dessa inspeção. Deu a entender que não sabia bem o que fazer com o Relatório. Mas aquela notificação ao consórcio sucedeu, porque, em reuniões deste executivo dos dias 17 e 24 de Setembro de 2018 e também na reunião da assembleia municipal de 29 de Junho de 2018 foi o Sr. Presidente questionado sobre o assunto. Em concreto, na reunião de 17 de Setembro foi dito o seguinte: “Alerto o Sr. Presidente para retirar consequências do relatório do CITEM e dos defeitos que foram apontados à obra do pavilhão Multiusos por essa Comissão. Assim, impõe-se, a bem do erário público municipal, a execução das 13 garantias bancárias prestadas pelo construtor, no montante global de €. 1.374.185,77, o que, desde já se requer seja informado pelos serviços técnicos e presente ao executivo municipal para deliberação, tendo, ainda, em conta que a licença de utilização do referido imóvel foi emitida em 30/09/2014”. A esta interpelação não foi dada qualquer resposta, nem o Sr. Presidente deu conhecimento a este executivo de que os serviços técnicos tenha sido encarregados de elaborar uma qualquer informação, ou de que a estivessem a elaborar e que servisse de suporte a uma qualquer deliberação a tomar por este executivo. Por sua vez, na reunião de 24 de Setembro de 2018 foi, de novo, o Sr. Presidente interpelado sobre o assunto. Em resposta, nessa reunião, o Sr. Vice-Presidente disse: “que é intenção do Município iniciar a notificação dos executores/empreiteiros, para efetuar as

vistorias que permitam a execução das garantias.” O Sr. Presidente disse: “ que as garantias bancárias dizem respeito a empreitadas específicas, o que significa uma análise em cada empreitada, relativamente aos níveis de incumprimento, sendo certo que o relatório CITEM não foi suficiente nem adequado para iniciar esse processo de incumprimento que, na maioria dos casos, conduzirá à perda dessas garantias bancárias por parte das entidades construtoras.” Na reunião da assembleia municipal de 29/06/2018, o Sr. Presidente às perguntas dos deputados municipais, nomeadamente da CDU e da coligação “Todos juntos por Lamego” sem responder em concreto às questões colocadas, disse em suma que “ (...) pegou no relatório e fez o que tinha a fazer, remetendo-o às autoridades competentes. Aguardará a resposta, serenamente. Disse que não basta responsabilização penal, também é necessária a responsabilização civil. Isto também vai fazer, fiquem descansados os senhores deputados.”

Também na reunião deste executivo do dia 3 de Dezembro de 2018, foi requerido “que se agendasse para a próxima reunião do executivo camarário a discussão deste assunto, propondo que sejam acionadas as garantias bancárias da empreitada de construção do Pavilhão Multiusos, com vista à correção dos defeitos de construção identificados pela CITEM ou outros que a obra, eventualmente, apresente, assegurando as melhores condições de funcionamento deste equipamento”

Mas esse agendamento não foi feito.

Face a essa inoperância, ao abrigo do estatuto da oposição foi apresentada em 4/02/2019 uma proposta fundamentada com vista à execução das garantias prestadas. E qual foi o destino dessa proposta? Foi reprovada com os votos contra dos membros que compõem o executivo em funções. E assim chegamos ao dia de hoje 27 de maio de 2019, ou seja, cerca de 15 meses após o conhecimento público do relatório da CITEM sem o problema resolvido. Conclui-se que se perdeu muito tempo. E não se diga que era necessário notificar os empreiteiros para a realização de uma vistoria e conceder-lhes prazo para que os mesmos reparassem os defeitos que o relatório da CITEM já tinha adiantado e apontado. E que resposta esperávamos da notificação ao empreiteiro para a realização da vistoria? De que iriam comparecer? De que iriam reparar os defeitos? A resposta, tal como era expectável só poderia ser negativa. E, por isso, perdeu-se tempo, muito tempo mesmo.

Aliás, tal procedimento, além de inútil e descabido do ponto de vista legal, era desnecessário, tendo em conta que a natureza das garantias prestadas, de acordo com as informações que nos foram prestadas, são todas designadas como first demand, ou seja, basta a notificação do beneficiário ao garante para que, de imediato, entregue o valor da caução e/ou garantia.

Por isso, se discorda dos fundamentos da proposta, porque pretendem os mesmos dar cobertura à inabilidade e inação do executivo em funções, dando a entender que aquele era o único caminho para acionar as garantias. Mas não é, nem era.

Na verdade, sempre referimos que esta questão não era política, mas sim jurídica, pelo que nos permitiremos tecer algumas, ainda que breves, considerações sobre a natureza jurídica deste tipo de garantia.

A doutrina tem tratado esta matéria de forma unívoca, defendendo que esta garantia autónoma das obrigações não exige mais do que a interpelação do beneficiário ao garante para que este lhe entregue determinada quantia em dinheiro e que se equivaie ao valor da caução prestada.

O Prof. Inocêncio Galvão Telles, In a revista “O Direito”, Ano 120, pág. 275, define, assim, o regime desta operação bancária: “A garantia autónoma é a garantia pela qual o banco que a presta se obriga a pagar ao beneficiário certa quantia em dinheiro, no caso de alegada inexecução ou má execução de determinado contrato (o contrato-base), sem poder invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com esse mesmo contrato”. Adianta ainda que “O garante paga ao credor sem discutir; depois o devedor tem de reembolsar o garante, também sem discutir. E será, por último, entre o devedor e o credor que se estabelecerá controvérsia, se a ela houver lugar, cabendo ao devedor o ónus de demandar judicialmente o credor para reaver o que houver desembolsado, caso a dívida não existisse e ele portanto não fosse, afinal, verdadeiro devedor”.

Trata-se, por isso, de garantia autónoma, onde o garante não se obriga a satisfazer uma dívida alheia, ele assegura antes ao beneficiário determinado resultado, o recebimento de certa quantia em dinheiro, e terá de proporcionar-lhe esse resultado, desde que o beneficiário diga que não o obteve da outra parte, sem que o garante possa entrar a apreciar o bem ou mal fundado desta alegação.

Daqui resulta que o garante autónomo ou independente, ao contrário do fiador, não é admitido a opor ao beneficiário as exceções de que se pode prevalecer o garantido.

Também Luís Menezes Leitão, In Garantias das Obrigações, 2012, 4ª edição, pág. 129, diz que “na garantia autónoma à primeira solicitação, a obrigação do garante é estabelecida automaticamente perante a primeira exigência de cumprimento (on first demand), por parte do beneficiário, sendo vedado ao garante opor quaisquer exceções a essa exigência de cumprimento, a qual deve satisfazer de imediato”.

Perante esta realidade, não pode o garante recusar nunca o cumprimento da obrigação que assumiu perante o credor. Poder-se-ia equacionar o caso de existir dolo, má-fé, fraude, conluio, simulação, ou até abuso de direito, mas o assunto em causa é muito

mais do que isso, na linha do que defendem Almeida Costa e Pinto Monteiro e que ensinam (...) é necessário que os casos de abuso ou de fraude sejam verdadeiramente “inequívocos”. (.....) para que o banco/garante deixe de pagar é necessário que seja colocada à sua disposição prova “líquida e inequívoca” da “má fé patente”, da “fraude evidente” ao ponto de “entrar pelos olhos dentro”. Caso contrário, estar-se-ia a atentar contra a essência da própria garantia.

Mas também a jurisprudência tem sido uniforme e inequívoca. A título de exemplo, deixa-se aqui o que, em sumário, foi decidido no Ac. do STJ de 22/05/2014, consultável in <http://www.gde.mj.pt/jstj>

“O contrato de garantia bancária, não se encontrando previsto na nossa legislação, é aquele pelo qual o banco que a presta se obriga a pagar ao beneficiário certa quantia em dinheiro, no caso de inexecução ou má execução de determinado contrato (o contrato – base), sem poder invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com esse mesmo contrato.

(...)

Entre as situações de garantia autónoma, figura a garantia on first demand, que se pode traduzir por uma promessa de pagamento à primeira interpelação ou primeira solicitação, não podendo ser discutido o cumprimento ou incumprimento do contrato, bastando a interpelação do beneficiário da garantia, autonomia que a distingue, assim, da fiança.”

Por todas estas razões sempre votaria, como voto, de forma coerente com o que sempre tenho defendido, favoravelmente, a execução de todas as garantias prestadas, discordando dos fundamentos da proposta, porque a mesma dá a entender que só agora estão reunidos os procedimentos de interpelação das empresas que constituíam o consórcio construtor, o que não é verdade, pelo que não as subscrevo.”

O senhor **Vereador José Correia da Silva** declarou que subscreve a declaração de voto proferida pelo senhor Vereador António Pinto Carreira.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** proferiu a seguinte declaração de voto: “As cauções prestadas para garantia de execução do contrato são aquelas. De certa maneira desenganem-se aqueles que acham que isto demorou muito tempo, porque o que demorou muito tempo até agora, não tenho dúvidas que vai demorar muito tempo a partir de agora.

O problema da construção do Pavilhão Multiusos foi algo que comprometeu e comprometerá o erário público e os seus municípios durante décadas. Desenganem-se aqueles que acharam que este valor das cauções retidas é a panaceia para todos os males, porque aquilo que foi feito, o mal que foi feito e a forma como foi feito custará

muito mais do que isso. Isto será apenas um sentimento que espero que não se confirme, mas infelizmente é a minha sensibilidade técnica que o dita.

As cauções não se dividem são 10% da garantia de execução do contrato. O valor necessário para execução dos trabalhos que não foram executados vai ser contabilizado e virá ao Executivo para conhecimento, que necessariamente será coberto, em parte ou na totalidade, por estas cauções, uma vez que é para isso que elas servem e que vão ser executadas e não podem ser executadas para qualquer outro objetivo que não seja o de reparar e de fazer cumprir a execução do contrato.”

O senhor **Presidente da Câmara** proferiu a seguinte declaração de voto: “A engenharia jurídica e financeira que levou à construção do Pavilhão Multiusos de Lamego aconselha o máximo de cuidado, no que diz respeito às exigências das garantias prestadas pelo consórcio construtor, composto pelas mesmas empresas que constituíam a empresa Lamego Renova, dona da obra.

Não estão aqui em causa o direito do município a exigir essa cobrança das garantias prestadas, porque esse é absolutamente inequívoco e merece o apoio unânime dos senhores Vereadores, como foi aqui prestado. O que estava em causa era dar toda a atenção aos procedimentos legais, de modo a não permitir que, no futuro, o consórcio ou qualquer uma das empresas, viesse demandar o município e exigir responsabilidades, quanto a esta execução destas garantias (o que aliás tal ocorreu com obras realizadas no penúltimo mandato por uma empresa, que agora demanda o município alegando irregularidades e falta de procedimentos legais na cobrança de garantias e com a mesma definição jurídica destas em causa, fist demand).

Neste momento, o município está confrontado com uma ação judicial dessa natureza, porque na altura não foram tomados os devidos procedimentos.

Quando a proposta apresentada pelo senhor Vereador António Pinto Carreira veio à reunião de Câmara estava em curso um prazo dado pelo município, porquanto dias antes tinham sido expedidas notificações ao consórcio construtor e às empresas que constituíam o consórcio construtor, o que seria um claro paradoxo e incongruente o município deliberar sobre esta matéria, enquanto decorria tal prazo.

Pelo que entendi que se deveria cumprir rigorosamente esse formalismo, mas tal como declarei nessas reuniões, concordava com a factualidade e os pressupostos enumerados pelo senhor Vereador António Pinto Carreira e que hoje nesta proposta se materializou.

Após o decurso desse tempo, vem esta proposta de deliberação à reunião que, com agrado, registo que mereceu a posição unânime da Câmara, deixando aqui a certeza que o procedimento tramitado, ainda que tenha implicado este lapso de tempo, que não enferma de qualquer ilegalidade ou irregularidade e que o valor agora cobrado será um

pequena forma das empresas, com responsabilidade, compensarem o Município de Lamego dos atropelos e ilegalidades cometidas e que poderão fazer incorrer também os então responsáveis diretos na administração da empresa Lamego Renova, S.A..”

42-ASSUNTO: ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS (COD 41)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 429/54/2019 do senhor Presidente da Câmara propondo à Câmara, de acordo com o conteúdo da informação n.º 3476/DFP, datada de 22 de maio de 2019, e do parecer do Chefe de Divisão de Finanças e Património, o seguinte:

1) Autorize a decisão de contratar (art.º 36.º CCP), a decisão de autorização de despesa (art.º 18.º DL 197/99, 8-06) e da abertura do procedimento por concurso público com publicação no DRE da contratação da “Prestação de serviços de seguros” para o Município de Lamego, por lotes, no montante global de 180.340,00€;

2) Aprove as peças do procedimento, programa de concurso, caderno de encargos, respetivos anexos e a Minuta do anúncio;

3) Nomeie:

3.1) O júri do concurso e delegue nos membros que o constituem, a prestação de esclarecimentos e a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas:

Presidente: Nelson do Vale Martins, Chefe de Divisão de Finanças e Património;

Membros efetivos:

Maria do Céu Pinto Ferreira Coelho D’Almeida, Técnico superior da DFP/PAT (substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos);

Luis Carlos Pereira da Silva Chefe de Divisão Administrativa e de Coordenação;

Mónica Isabel Lamelas Gonçalves, Técnica superior;

Mónica Idalina Batista Saavedra Cardoso Carreira, Técnica superior;

Membros suplentes:

António Manuel Simões de Oliveira, Técnico superior;

Gracinda Claudina Conceição Silva Sabença, Técnica Superior.

3.2) O Técnico Procedimental* na plataforma eletrónica (www.anogov.com):

Mónica Isabel Lamelas Gonçalves, Técnica Superior;

Gracinda Claudina Conceição Silva Sabença, Técnica Superior, (substitui a técnica da DFP/APROV nas suas ausências e impedimentos).

* Técnico Procedimental (TP)

Utilizador registado na plataforma e certificado pela entidade adjudicante para criar os procedimentos na plataforma e submeter documentos. Deverá ser um utilizador da área de aprovisionamento. Por norma tem

permissões totais nos procedimentos, excetuando a possibilidade de efetuar a abertura das propostas e candidaturas, podendo igualmente desempenhar funções de júri/análise de propostas.

3.3) Os gestores do contrato, após a sua efetiva adjudicação:

- a. A Técnica superior, Dr.^a Mónica Idalina Batista Saavedra Cardoso Carreira: Seguro de acidentes de trabalho, acidentes pessoais autarcas e Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais de programas ocupacionais promovidos pelo IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. e outras entidades;
- b. A Técnica superior, Dr.^a Maria do Céu Pinto Ferreira Coelho D'Almeida: para os restantes ramos de seguros.

Deliberação: A proposta foi aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, inscreveram-se, para intervir, os seguintes munícipes:

- 1- Maria José Almeida Rodrigues, residente em Lamego;
- 2- Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem;
- 3- Presidente da Junta de Freguesias de Avões;
- 4- Presidente da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões;
- 5- Aida Maria Peseiro Mesquita Garcia, residente em Lamego;
- 6- José Manuel Ribeiro Teixeira, residente em Sande;
- 7- Joaquim Augusto Rodrigues Teixeira, residente em Sande;
- 8- Tânia Isabel Santos Esteves, residente em Avões;
- 9- Ana Catarina Santos Pinto, residente em Lamego;
- 10- Carla Sofia Osório Paiva Teixeira Mesquita, residente em Valdigem;
- 11- Paulo Jorge Rebelo Ribeiro, residente em Sande;
- 12- Dimas da Piedade Francisco, residente em Britiande
- 13- Presidente da Junta de Freguesia de Sande.

1- Tomou a palavra a senhora **Maria José Almeida Rodrigues**, para novamente reforçar o pedido que vem efetuando à Câmara, no sentido de que a ajudem a resolver uma situação de um muro construído junto à sua propriedade, no Lugar de S. Gens, freguesia de Lamego, o que a está a prejudicar.

De seguida, referiu-se também a uma situação já reportada à Câmara, referente ao caminho no lugar de S. Gens, dado que não tem condições para circular, estando constantemente cheio de dejetos de canídeos que andam à solta.

2- Usou da palavra o senhor **Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem** para reportar à Câmara um assunto referente ao encerramento do jardim-de-infância de Valdigem, tendo lido o texto que a seguir se transcreve na íntegra: *“Ao ler o ofício emanado da nossa Câmara Municipal à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e que nós também recebemos cópia, a minha consciência não me deixa ficar calado quanto às razões, concretamente ao que diz o primeiro parágrafo e que passo a citar:*

“O objetivo do Município de Lamego é o de criar as melhores condições para uma educação de qualidade e de igualdade de oportunidades a todas as crianças do Município. Para concretizar esse objetivo é nosso propósito garantir que todas as crianças dos jardins-de-infância possam dispor de meios pedagógicos, recursos educativos, instalações adaptadas e construídas especificamente para o efeito, pessoal docente e auxiliar em número suficiente e isso só se consegue em Centros Escolares bem dimensionados, apetrechados e com os recursos humanos apropriados.”

Não me parece que as crianças que frequentam os jardins das Freguesias não tenham essas condições ou até melhores!

Dizer ainda que o Conselho Municipal de Educação emitiu parecer favorável ao encerramento, porque seguramente aquelas pessoas estão longe da realidade das Freguesias.

Os Pais, esses sim, são quem mais quer o bem das suas crianças e não estão de acordo, por isso quiseram vir aqui e devem ser ouvidos.

As nossas Freguesias passam a ser terras de solidão, sem vida. E atenção senhor Presidente, senhora Vereadora e senhores Vereadores, a continuarem a encerrar os poucos serviços, não estamos a contribuir para fazer das nossas Terras o melhor lugar para se viver.

Daqui a pouco caros políticos, nem vale a pena irem lá nas campanhas eleitorais de tão vazias que vão ficando as Freguesias por esse caminho.”

3- Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesias de Avões**, para dizer que corrobora das palavras proferidas pelo senhor Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem. Disse que, também, não concorda com o encerramento dos jardim-de-infância na sua freguesia, dado que tem todas as condições para que lá funcione, sendo uma mais-valia para a freguesia.

Acrescentou que foi realizada uma reunião com os encarregados de educação, pais das crianças de todos os jardins-de-infância, nomeadamente Avões, Sande, Cepões e Valdigem, na qual, por unanimidade, foi decidido manter em funcionamento todos os jardins-de-infância.

Apelou, por isso, ao bom senso desta Câmara para que mantenham em funcionamento os referidos jardins-de-infância, dado que, tal como é referido no ofício emanado da DGESTE, a lei remete para uma decisão do Município de Lamego.

Solicitou que a Câmara, juntamente com os Agrupamentos de Escolas, encontrassem o melhor caminho de forma a permitir que os jardins-de-infância permaneçam em funcionamento nestas freguesias.

4- Usou da palavra o senhor **Presidente da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões**, para corroborar das intervenções dos senhores Presidentes da Junta de Avões e da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem.

Apelou, também, ao bom senso de toda a Câmara, para que mantenham em funcionamento os jardins-de-infância, uma vez que, entende que é uma decisão e uma competência da Câmara e não da DGESTE, nem do Conselho Municipal de Educação.

5- Tomou a palavra a senhora **Aida Maria Peseiro Mesquita Garcia**, residente em Lamego, para se reportar, uma vez mais, à abertura ao trânsito nos dois sentidos das Ruas Cardoso Avelino e Macário de Castro, tendo lido o texto que a seguir se transcreve na íntegra:

“Senhor Vice-Presidente da Câmara,

No seguimento do que afirmou na última reunião pública de Câmara, gostaria de saber quais são os edifícios em reconstrução e onde são os estabelecimentos que abriram. Os estabelecimentos que abriram situam-se no fim da Rua Macário de Castro, por isso trata-se de estabelecimentos direcionados para os estrangeiros, porque estes gostam de andar a pé, mas os portugueses não, gostam é de levar o carro até à porta de casa ou estabelecimentos, onde querem ir.

Também disse que não tem mais a acrescentar ao que tinha dito anteriormente, claro que não! Onde está a sua responsabilidade, como responsável da proteção civil. Sim porque o perigo naquelas ruas é constante a todos os minutos, não vale a pena mencioná-los outra vez, porque o senhor Vice-Presidente não os quer ouvir, nem ver.

Senhor Presidente, mais uma vez pergunto onde está o resultado da monitorização do ruído e da vibração. Há um ano que esperamos por esse resultado e até agora nada, ou será que convém não se saber. Será que já foi feito! O resultado deste ano, na sequência da abertura ao trânsito nos dois sentidos daquelas ruas, vou-lhes mostrar a si e aos restantes vereadores (deixando cópia das fissuras na minha habitação, bem como cópia do fecho de contas da passada sexta-feira e sábado.)

Na última reunião pública do mês de abril, aconselharam-me a ter uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara, a qual foi marcada para o dia 7 de maio de 2019, onde me disse para não me preocupar com as buzinas e que os clientes poderiam parar

sem se preocuparem e se houvesse alguma coisa para dizer que fossem à Câmara falar com o Presidente.

Parece que desde então tem sido uma perseguição da polícia presente naquelas duas ruas quando está alguém parado, dizem logo que não pode parar, tem que circular.

Até o meu marido teve uma pequena conversa com um agente da autoridade, disse-lhe para ir à Câmara falar com o Presidente, que eram ordens dele e o senhor Agente disse que ia averiguar. Entretanto viemos a saber que há novos agentes e estes não estão informados, e com tudo isto os clientes reclamam por não se poder parar, ainda pior com a polícia sempre a passar por ali e quem sofre são os comerciantes daquelas ruas.

Por fim, pergunto como é possível uma casa com 12 anos estar no estado de degradação em que se encontra, quem é que vai pagar esses estragos e como é que vou conseguir pagar IMI, e como é que eu vou sobreviver, com tão poucas vendas, no seu estabelecimento.”

6- Tomou a palavra o senhor **José Manuel Ribeiro Teixeira**, residente em Sande, para se reportar ao encerramento do jardim-de-infância de Sande.

Disse que, na qualidade de pai, se sente na obrigação de querer o melhor para os seus filhos, e, a seu ver, o melhor é manter as crianças no seu ambiente familiar, por isso entende que o jardim-de-infância da sua terra deve manter-se em funcionamento.

Considera que crianças de tão tenra idade devem permanecer na escola das suas aldeias, pois entende que, com isso, as mesmas têm um melhor desenvolvimento e melhor aprendizagem.

Considera, ainda, não haver necessidade de crianças entre os 3 e os 6 anos, fazerem uma deslocação tão grande para frequentarem os jardins-de-infância na sede do município, quando existem escolas praticamente ao lado das suas casas.

Deixou, por isso, o seu protesto de que os jardins-de-infância das freguesias não deveriam encerrar.

7- Interveio o senhor **Joaquim Augusto Rodrigues Teixeira**, residente em Sande, para apelar à Câmara Municipal o não encerramento do jardim-de-infância de Sande.

Disse que, a seu ver, caso não se verifique, as crianças ficarão prejudicadas, deixando de gostar das suas aldeias, estando a contribuir para que haja maior desertificação nas mesmas.

De seguida, solicitou ao senhor Presidente da Câmara que diligencie no sentido de criar infraestruturas de rede de saneamento, afirmando que não consegue perceber como, em pleno século XXI ainda haja zonas que não tem ligação à rede pública de saneamento.

8- Tomou a palavra a senhora **Tânia Isabel Santos Esteves**, residente em Avões para, na qualidade de representante dos pais das crianças de Avões e também como

Presidente da Assembleia de Freguesia de Avões, transmitir o seu desagrado para com o encerramento do jardim-de-infância de Avões.

Disse que, tanto quanto sabe, há lista de espera para a inscrição de crianças no Centro de Escolar de Lamego, pelo que questionou o senhor Presidente da Câmara se encerrarem os jardins-de-infância, para onde vão as crianças. Afirmou que, se se vier a confirmar, as crianças não vão para o Centro Escolar de Penude, irão para os infantários privados ou para outro Município.

Afirmou que, na sua opinião, o jardim-de-infância de Avões, bem como os outros jardins-de-infância que pretendem encerrar, têm ótimas condições para as crianças, por exemplo têm horta, têm igualmente acesso a trabalharem com os computadores, podem usufruir de recreios espaçosos, para brincarem e correrem à vontade sem atropelos de outras crianças, o que não acontece no centro Escolar de Lamego, frisou.

Disse que, um dia mais tarde, quando não houverem crianças nas aldeias, que destino vão dar aos edifícios dos jardins-de-infância das freguesias, vão vender? para quem vai esse dinheiro?, questionou.

Lembrou que, com o encerramento dos jardins-de-infância, só estão a contribuir para uma maior desertificação das aldeias e as pessoas e jovens vão acabar por vir morar para a cidade, deixando as freguesias ainda mais desertas e sem animação.

9- Usou da palavra a senhora **Ana Catarina Santos Pinto**, residente em Lamego, para, uma vez mais, mostrar o seu descontentamento para com a abertura ao trânsito nos dois sentidos das Ruas Cardoso Avelino e Macário de Castro. Disse que se sente muito prejudicada no seu negócio desde a tomada de tal decisão.

Sublinhou que o parque para estacionamento de viaturas é muito pequeno para tanta procura, acrescentado ao facto de que as viaturas aparcarem durante mais tempo que o permitido, que é de 15 minutos, para além de que a PSP anda constantemente a fiscalizar aquelas ruas, não permitindo as paragens momentâneas.

10- Tomou a palavra a senhora **Carla Sofia Osório Paiva Teixeira Mesquita**, residente em Valdigem para, na qualidade de representante dos pais das crianças da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, manifestar o seu desacordo com o encerramento do jardim-de-infância de Valdigem, uma vez que, a seu ver, as crianças tem melhores condições nos jardins-de-infância das suas freguesias onde habitam. Afirmou que não vê necessidade de virem para tão longe, ainda mais que se trata de crianças muito pequenas, que necessitam de tratos muito específicos, e que não serão tão bem tratadas nos Centros Escolares, dando o seu exemplo que não tem carta de condução para vir buscar a sua criança a Lamego, caso seja necessário.

Lembrou ainda que, com esta decisão de encerrar jardins-de-infância, a Câmara só está a contribuir para uma maior desertificação das aldeias.

11- Interveio o senhor **Paulo Jorge Rebelo Ribeiro**, residente em Sande, para também mostrar o seu descontentamento com o encerramento do jardim-de-infância de Sande. Disse que tinha uma mensagem trocada com o senhor Presidente da Câmara, datada de 30/07/2018, à cerca deste assunto, em que dizia que: *“continuo a desenvolver todos os esforços, no sentido de manter em funcionamento os jardins-de-infância.”* Questionou, por isso, o senhor Presidente se a sua vontade era de não encerrar os jardins-de-infância, o que mudou desde o ano passado para este ano, para ter mudado de opinião.

Sublinhou que o jardim-de-infância de Sande tem todas as condições para se manter a funcionar, com pessoal qualificado, boas infraestruturas, sendo que o Centro Escolar de Penude também pode ser bom, mas não irão prestar a devida atenção a tantos alunos de tão tenra idade.

Referiu que deixou de participar nos atos eleitorais, uma vez que perdeu a confiança nos políticos deste país, mas, nas últimas eleições autárquicas, acreditou na candidatura do senhor Presidente Ângelo Moura, tal como lhe disse numa ação de campanha em Sande. Por isso, sabendo que a Câmara tem a última palavra nesta matéria, gostaria de saber o que se passou para o senhor Presidente da Câmara ter mudado de opinião, reiterou.

12- Tomou a palavra o senhor **Dimas da Piedade Francisco** para questionar o senhor Presidente da Câmara se o assunto, relativo ao pedido de indemnização, está resolvido, ou não.

De seguida, solicitou, também, ao senhor Presidente a ligação de saneamento à povoação de Maças e da Galvã, União de freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões.

13- Tomou a palavra a senhora **Presidente da Junta de Freguesia de Sande**, para dizer que cada um dos munícipes de Sande já deu voz aos seus casos pessoais, pelo que aos políticos compete corrigir o que está mal e não se deixarem ir na “onda”.

Sublinhou que, com o encerramento dos jardins-de-infância, só se irá contribuir para uma maior desertificação das aldeias e das freguesias. Considera ser uma pena que tal aconteça, deixando de haver atividade nas mesmas.

Afirmou que não irá conseguir fazer grandes obras na sua freguesia, por falta de recursos financeiros, mas seria uma grande alegria manter em funcionamento aquele jardim-de-infância, razão pela qual se encontra nesta reunião de Câmara, frisou.

Apelou, por isso, ao senhor Presidente da Câmara e a cada um dos senhores Vereadores para que, atendendo aos argumentos por demais enunciados por todos os

municípios e pais aqui presentes, não deixem encerrar os jardins-de-infância, agradecendo aos pais por terem vindo a esta reunião e darem voz a este apelo.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues**, relativamente ao assunto do saneamento, disse que o senhor Presidente da Câmara terá de resolver esse problema, nos lugares onde ainda não existe ligação à rede pública, tal como acontece na sua terra natal, em Bigorne.

Em relação ao trânsito na Macário de Castro e Cardoso Avelino, disse que a sua opinião sobre este assunto já é bem conhecida, sendo de entendimento que a mobilidade é dinâmica não é estática, lembrando ao senhor Presidente da Câmara que continua a aguardar pela avaliação do estudo do ruído.

Referiu que, na sua opinião, o trânsito a pesados deveria ser efetuado apenas num só sentido, a fim de provocar menos ruído e vibrações nos edifícios, de forma a melhorar a qualidade de vida dos moradores e transeuntes daquelas ruas.

No que concerne ao encerramento dos jardins-de-infância nas quatro freguesias, adiantou que a sua posição é contra tal encerramento.

Lembrou que esta Câmara não tomou nenhuma deliberação sobre esta matéria, e a haver decisão, o senhor Presidente da Câmara não foi mandatado para o ter feito.

Disse que irá trazer uma proposta ao Executivo para que tais jardins-de-infância não encerrem, afirmando que não aceita que um político se arrogue no direito de decidir, sobre a defesa dos interesses destas crianças, a quem compete, em primeiro instância, aos pais.

Reafirmou que defende o não encerramento, não vendo qualquer razão para que as referidas infraestruturas sejam encerradas, uma vez que dão alegria às suas aldeias e promovem a coesão territorial.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** disse que depreendeu das intervenções proferidas pelos Presidentes de Junta e por todos os intervenientes, como sendo um “grito de alerta” e, como tal, não pode colocar a cabeça na areia e fazer de conta que nada se passa.

Afirmou que tal “grito” proferido pelos intervenientes leva-o a dizer que, se a educação é um direito constitucional e de todos os cidadãos, pois então que se conceda ao cidadão a concretização desse direito.

Frisou que não houve qualquer deliberação tomada por parte deste Executivo para essa tomada de decisão, manifestando, desde já a sua posição contra o encerramento dos jardins-de-infância, uma vez que ao retirar as crianças das freguesias se está a contribuir para maior desertificação das mesmas.

Relativamente às intervenções, relativas às Ruas Macário de Castro e Cardoso Avelino, considera ser também ser um “grito”, contra a penúria e a desertificação em que se encontram aquelas artérias da cidade, pois estão completamente desertificadas.

Afirmou que é preocupante este assunto, uma vez que a única monitorização que conhece é a dos moradores e comerciantes em que afirmam que as coisas não estão bem, tal como se encontram atualmente, nada mais foi demonstrado pelo Executivo em funções.

Sublinhou, por isso, que quando algo não está bem, deve ser mudado, há que ter essa consciência e dignidade, porque quando se muda algo que está errado, considera ser um ato digno de nobreza e de caráter, pelo que é preciso admitir quando se erra.

Concluiu que todos conhecem a sua opinião nesta matéria, defendendo que a solução encontrada não é a melhor, mas também não é conhecida, até ao momento, a monitorização sobre aquele assunto.

Por fim, referiu que a habitação é também um direito constitucional, devendo ser com dignidade, pelo que entende que o saneamento faz parte desse direito à habitação, pelo que caberá ao senhor Presidente da Câmara resolver.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** disse que ficou muito sensibilizado pelo fato desta reunião ter um número tão elevados de participantes e público presente, o que lhe permitiu ouvir de viva voz e através dos pais das crianças as suas preocupações expressamente declarando que estão contra o encerramento dos jardins-de-infância, o que o leva a questionar se, efetivamente, esta medida é a melhor e se acautela o bem-estar das populações.

Referiu que todos são defensores do interior, desde o Governo Central, aos Municípios e as Freguesias, mas quando “toca” a apoiar uma medida concreta, onde se pode traduzir esse apoio ao interior, o apoio não surge, por um motivo ou por outro, sentindo-se as pessoas completamente abandonadas.

Disse que este assunto deve preocupar o Executivo enquanto representantes das populações, e têm de tomar uma posição em todo este processo, pelo que se deve ponderar a melhor solução para estas freguesias.

Afirmou que o para além disso desconhece se Centros Escolares que irão receber todas estas crianças, caso encerrem os jardins-de-infância, têm condições e turmas para os receber, o que tanto quanto sabe os Centros Escolares da cidade estão superlotados.

Entende que, uma vez que têm responsabilidade neste assunto, se deve manifestar junto da **DGESTE** o desagrado com esta situação e a posição contra o encerramento de tais jardins-de-infância.

Pelo que, manifestou também a sua posição contra o encerramento dos jardins-de-infância.

Relativamente às intervenções, relativas às Ruas Macário de Castro e Cardoso Avelino, disse que gostaria de saber o resultado da monitorização que esta a ser feita, por parte do Executivo em funções, uma vez que só tem conhecimento do descontentamento, por parte dos moradores e comerciantes.

Entende, também, que esta situação deve ser repensada e melhor analisada, para se encontrar uma solução que salvguarde, quer a mobilidade, quer os interesses dos moradores e comerciantes.

Quanto ao saneamento na freguesia de Sande, disse que espera que o senhor Presidente mande averiguar esta situação e que encontre uma resolução.

O senhor **Vereador José Correia da Silva**, relativamente à alteração do trânsito nas Ruas Macário de Castro e Cardoso Avelino, questionou o senhor Presidente da Câmara quando pensa trazer ao Executivo o relatório do estudo de monitorização que diz estar a ser feito.

Quanto ao saneamento, afirmou que aguarda que o senhor Presidente da Câmara dê o devido encaminhamento deste assunto.

No que concerne ao encerramento dos jardins-de-infância, disse que a sua posição é contra. Agradeceu aos senhores Presidente de Junta de Freguesia e pais presentes nesta reunião, pela forma tão ordeira, educada e civilizada com que abordaram e transmitiram a sua revolta, num assunto que lhes diz tanto, pois ninguém gostará de ver os seus filhos arrancados das suas raízes.

Lembrou que esta Câmara não tomou qualquer deliberação sobre esta matéria, sabendo-se apenas a opinião do senhor Presidente da Câmara, porém a Câmara é constituída por sete elementos, o senhor Presidente sozinho, não constitui a Câmara, afirmou.

Por isso, sublinhou que já verifica quatro Vereadores contra o encerramento dos jardins-de-infância, pelo que, por mais vontade que o senhor Presidente da Câmara tenha para os encerrar, sozinho não decidirá.

Sublinhou que é uma decisão que não pode ser tomada à pressa, terá de haver muita ponderação, pelo que reafirmou que estará contra a decisão de encerramento destes quatro jardins-de-infância.

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** começou por referir que os assuntos expostos terão a melhor atenção, por parte do Executivo em funções.

Relativamente às Ruas Macário de Castro e Cardoso Avelino, disse que os serviços estão a fazer a devida monitorização, e tem a certeza que o senhor Vereador do pelouro trará toda a documentação, no momento próprio, à reunião do Executivo.

De seguida, quanto ao assunto da educação, agradeceu todas as intervenções dos senhores Presidente da Junta de Freguesia, que enquanto líderes das suas freguesias manifestaram a sua preocupação e defenderam os seus territórios.

Lembrou, no entanto, que por esta situação já passaram outras freguesias do município e, na altura, deviam merecer posição e apoio igual, por parte de todos os políticos, uma vez que as crianças saíram dos seus territórios e vieram para os Centros Escolares.

Referiu que, efetivamente é da competência dos órgãos municipais participar no planeamento e gestão dos equipamentos educativos, de tal modo que, no passado dia 29/04/2019, foi aprovado, por unanimidade, o plano de ação social escolar e transporte escolar para o ano letivo 2019/2020, o qual contempla esta reorganização escolar e foi proposto à **DGESTE**, a quem compete fazer a referida reorganização, depois de ouvidos os órgãos competentes, nomeadamente o Conselho Municipal de Educação de Lamego, que é o órgão competente, ao nível da coordenação da política educativa do Município.

Disse que compreende todas as preocupações trazidas, porém esclareceu que os Centros Escolares estão devidamente apetrechados e este Executivo em permanência tem pautado por dotar esses Centros Escolares de todos os equipamentos e materiais de apoio necessários, para o seu bom funcionamento e para a qualidade dos serviços prestados, por exemplo: refeições com qualidade, atividades de apoio e animação à família prestadas.

Afirmou que, a ocorrer esta reorganização escolar, o Executivo em permanência garantirá todas as condições, bem como o respetivo transporte.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse, em primeiro lugar, que todos estão na defesa dos interesses do Município.

Quanto ao assunto exposto pela senhora Maria José disse que já é conhecido deste Executivo, o qual está a ser tratado, no entanto, não é um assunto de fácil resolução.

Quanto ao saneamento de Sande é também um problema conhecido e que se arrasta há muitos anos, tal como o abastecimento de água àquela freguesia, o que não é de fácil solução. No entanto, espera que a nova Associação de Águas, que vai gerir o abastecimento e saneamento em baixa dos municípios do Vale Douro Sul, recentemente constituída, ajude a resolver este problema delicado.

Relativamente às Ruas Macário de Castro e Cardoso Avelino, reiterou que estão a acompanhar devidamente a situação, na defesa do interesse municipal e de todos, pelo que, a seu tempo, a Câmara encontrará uma solução no interesse de todas as partes.

Por fim, quanto ao encerramento dos jardins-de-infância, disse que compreende os sinais fortes e claros manifestados pelo público, bem como os sinais manifestados pelos senhores Vereadores, os quais vão ser devidamente interpretados.

Considera que o senhor Presidente da Câmara saberá perceber aquilo que foi a vontade dos lamecenses no passado e o que é a vontade dos lamecenses neste momento e que será a vontade dos lamecenses no futuro.

O senhor **Presidente da Câmara** começou por referir que não é, nem nunca foi daqueles que diz uma coisa hoje e diz outra amanhã. E as suas tomadas de posição não mudam ao sabor do vento ou ao sabor das intervenções dos munícipes, pois sempre revelou e vai continuar a revelar disponibilidade para todos ouvir, com a mesma seriedade e a mesma atenção.

Confirmou as comunicações trocadas com o senhor Paulo Jorge, mas esclareceu que no ano passado disse que, enquanto Presidente da Câmara, não iria permitir o encerramento de três jardins-de-infância e outros três nas mesmas condições continuassem a funcionar. Isto foi o que transmitiu na mensagem.

Disse que está sensível aos argumentos aduzidos, contudo as políticas municipais não podem ser estabelecidas de ano para ano, nem mudar de Executivo para Executivo.

Lembrou que, neste município, há alguns anos atrás foi definido como política de educação encerrar todos os jardins-de-infância e escolas e centralizá-los nos três Centros Escolares.

Sublinhou que a Câmara não tem competência decisória nesta matéria (definição da rede escolar), apenas se limita a acompanhar e a emitir parecer sobre o assunto, porém o Presidente da Câmara tem a sua opinião.

Acrescentou que as crianças estarão melhor acomodadas nos Centros Escolares, aliás isso também foi afirmado e reconhecido por todos na reunião do Conselho Municipal de Educação, pelo representante das freguesias do município, pelos diretores dos dois Agrupamentos de Escolas, pelas diretoras de cinco estabelecimentos de ensino, pelos representantes do ensino superior, pelo representante do pessoal docente da educação pré-escolar, pelo representante da Associação de Pais, pelo representante das instituições da particularidade social, pelos representantes dos serviços da Segurança Social, pelo representante do Centro de Emprego e pelo representante das Forças de Segurança, sendo que os Presidentes de Junta aqui presentes também estiveram nesta reunião, sem direito a voto.

Disse que as preocupações agora manifestadas irão ser levadas em consideração, aguardando-se, ainda, pela informação sobre o número de inscrições de crianças nos referidos jardins-de-infância.

Garantiu que a qualidade pedagógica será a mesma nos Centros Escolares, e as crianças ganharão em termos de maior socialização, pelo que irão acompanhar esta

situação com a DGESTE, uma vez que não é agora que se vai decidir o encerramento, ou não, dos jardins-de-infância.

Relativamente às Ruas Cardoso Avelino e Macário de Castro afirmou que os serviços estão a acompanhar a situação, acrescentando que irão dar um arranjo ao pavimento, cujos paralelos estão muito irregulares.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** retorquiu que não quer acreditar que, ao ter aprovado o plano de ação social escolar e transporte escolar para o ano letivo 2019/2020, o senhor Presidente da Câmara se serviu deste documento para, encapotadamente, aprovar a reorganização da rede escolar, que levará ao encerramento destes jardins-de-infância, o que não pode aceitar, pelo que não dá esta situação de encerramento dos jardins-de-infância como um facto consumado, frisou.

Lembrou que as políticas educativas não podem ser definidas naturalmente por um ano, nem por dois, mas também não se pode chegar ao radicalismo de dizer que foi definido há dez anos atrás construir-se os Centros Escolares e agora tem de se seguir essa política.

Lembrou ainda o senhor Presidente que quando era deputado municipal votou contra a Carta Educativa, mas hoje já é a favor, ou seja, ontem foi contra e hoje é a favor, lembrando ainda que por essa razão é que há eleições de quatro em quatro anos.

Sublinhou que a política definida há dez anos atrás não está impedida de ser revista, pois os problemas não são os mesmos e se querem coesão e se querem que os territórios se desenvolvam e que se sustentem, há que fazer de tudo para que isso ocorra, nem que para isso seja necessário mudar a Carta Educativa.

Mais lembrou que o Conselho Municipal de Educação é presidido pelo Presidente da Câmara e, na verdade, quando tomou essa deliberação, deveria estar previamente munido da sensibilidade de todo o Executivo.

Disse que é bem conhecida a política do Ministério da Educação que é de encerrar o máximo possível os equipamentos escolares, pelo que se não forem os políticos locais a defender os seus territórios quem o irá fazer, frisou.

Concluiu que não concorda com os argumentos aduzidos pelo Presidente da Câmara, lembrando que, no entendimento da DGEST este órgão tem responsabilidades nesta matéria.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** afirmou que, na altura, a Carta Educativa foi aprovada, tendo em conta um determinado conjunto de fatores. Considera que, de facto, é tempo de se rever essa Carta Educativa, com a iniciativa do senhor Presidente da Câmara, tendo em conta os anseios das populações, as suas necessidades, os recursos públicos e a envolvência de todas as pessoas, de todos os órgãos e instituições.

Presidente

Secretária

Apelou, por isso, ao senhor Presidente da Câmara que a Carta Educativa viesse a ser revista e atualizada, tendo em conta estes condicionalismos.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** disse que tinha uma cópia do ofício, resposta da DGESTE aos senhores Presidentes da Junta aqui presentes, que diz o seguinte: “... o *Município de Lamego considerou estarem reunidas as condições pedagógicas e físicas para o encerramento dos estabelecimentos de educação propostos.*”

Neste seguimento questionou o senhor Presidente da Câmara quando é que o Município de Lamego tomou esta decisão, porque o Executivo não tem qualquer conhecimento.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que o procedimento para a definição da rede escolar foi cumprido, nos termos legais, com o envolvimento do órgão municipal.

Disse que também concorda que se impõe uma revisão da Carta Educativa, mas é preciso que se assuma que definir nova Carta Educativa não significa reabrir estabelecimentos de ensino nas freguesias.

43-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

44-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às doze horas e quarenta e cinco minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária